

**CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

Setor de Administração Federal Sul - SAFS, Qd 2 Lt 3
Edifício Adail Belmonte
Brasília - DF - CEP: 70070-600
Telefone: (61) 3366-9100
www.cnmp.mp.br

SUMÁRIO

Presidência.....	1
Secretaria Geral.....	26
Plenário.....	28
Corregedoria Nacional.....	32

PRESIDÊNCIA**CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

2ª Sessão do Plenário Virtual de 2021

Dia: 2/6/2021

Horário: das 9 às 19 horas

PAUTA DESTA SESSÃO**Processo com Pedido de Vista****Pedido de Vista na 1ª Sessão do Plenário Virtual (5/5/2021)****1) Conflito de Atribuições nº 1.00496/2021-80**

Requerente: Procuradoria da República – Minas Gerais

Recorrente: Ministério Público do Estado de Minas Gerais

Interessados: Gustavo de Carvalho Fonseca; Ubiratan Domingues

Objeto: Ministério Público Federal no Estado de Minas Gerais. Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Conflito negativo de atribuições. Procedimento PGR 1.00.000.012676/2020-42. Apurar falta de repasse de verbas federais do FNAS - Fundo Nacional de Assistência Social - para instituições filantrópicas de atendimento aos idosos e pessoas com deficiências por parte da Prefeitura de Divinópolis. Notícia de Fato nº MPMG 0223190013662 da 7ª Promotoria de Justiça de Divinópolis.

Relator(a): Cons. Sandra Krieger Gonçalves

Origem: Minas Gerais

Vista: Cons. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior

Processos desta Sessão (2/6/2021)**2) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00447/2017-70 (Recurso Interno)**

Recorrente: Fábio George Cruz da Nóbrega

Recorrido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte

Objeto: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte. Resolução n. 078/2017 – PGJ/RN. Regulamentação da conversão em pecúnia de férias e licenças-prêmio não

gozadas por necessidade do serviço. Necessidade de serviço. Presunção. Arguição de nulidade da referida Resolução. Pedido de liminar.

Relator(a): Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza
Origem: Rio Grande do Norte

- 3) Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público nº 1.01100/2017-27
Requerente: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Requeridos: Ministério Público Federal; Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão
Interessados: Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira; Sergio Gardenghi Suiama
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Nota Técnica n.º 11/2017/PCDF/MPF. Proteção à criança e ao adolescente. Atuação dos Ministérios Públicos estaduais.
Relator(a): Cons. Luciano Nunes Maia Freire
Origem: Distrito Federal
- 4) Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público nº 1.01105/2017-03
Requerentes: Anna Maria Amarante Brancio; Marya Olimpia Ribeiro Pacheco; Renato Barão Varalda
Requeridos: Ministério Público Federal; Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão
Interessados: Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira; Sergio Gardenghi Suiama
Objeto: Ministério Público Federal. Conflito de atribuições entre a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão e a Justiça Estadual. Edição de Nota Técnica n.º 11/2017/PFDC/MPF. Matéria da infância e juventude.
Relator(a): Cons. Luciano Nunes Maia Freire
Origem: Distrito Federal
- 5) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00313/2018-77
Requerente: Associação Paraibana da Advocacia Municipalista
Advogado: Marco Aurélio de Medeiros Villar – OAB/PB n.º 12.902
Requerido: Ministério Público do Estado da Paraíba
Interessados: Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; Ordem dos Advogados do Brasil-Seccional da Paraíba
Advogado: Rafael Barbosa de Castilho – OAB/DF n.º 19.979
Objeto: Ministério Público do Estado da Paraíba. Controle. Recomendações para rescisões de contratos de prestação de serviços jurídicos firmados entre sociedades de advogados e Prefeituras. Desrespeito à Recomendação CNMP nº 36/2016. Determinação de não instauração de inquéritos e/ou Ações Cíveis Públicas por haver contratos firmados entre advogados e Municípios. Pedido liminar.
Relator(a): Cons. Oswaldo D’Albuquerque Lima Neto
Origem: Paraíba
- 6) Reclamação Disciplinar nº 1.00421/2018-40 (Recurso Interno) (Processo Sigiloso)
Recorrente: Conselho Nacional do Ministério Público
Recorrido: Membro do Ministério Público Federal
Objeto: Reclamação Disciplinar em desfavor de Membro do Ministério Público Federal.
Relator(a): Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza
Origem: Distrito Federal
- 7) Reclamação Disciplinar nº 1.00644/2018-70 (Recurso Interno) (Processo Sigiloso)
Recorrente: Conselho Nacional do Ministério Público
Recorrido: Membro do Ministério Público Federal
Objeto: Reclamação Disciplinar em desfavor de Membro do Ministério Público Federal.
Relator(a): Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza
Origem: Distrito Federal

- 8) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00700/2019-01
Requerente: Sigiloso
Requerido: Ministério Público do Estado do Piauí
Objeto: Ministério Público do Estado do Piauí. Irregularidades. Criação de diversos cargos em comissão. Prejuízo aos aprovados em concurso público para provimento de cargos de Técnico e Analista Ministerial.
Relator(a): Cons. Sebastião Vieira Caixeta
Origem: Piauí
Vista: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto (Pedido de Vista 4ª Sessão Ordinária do Plenário por Videoconferência (12/05/2020))
- 9) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00918/2019-58
Requerente: Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas
Requerido: Ministério Público do Estado do Amazonas
Objeto: Ministério Público do Estado do Amazonas. Recomendação Conjunta n. 0001.2019-PGJ/CGMPAM. Atuação de Membros nos processos de habilitação de casamento e processos de conversão de união estável em casamento.
Relator(a): Cons. Luciano Nunes Maia Freire
Origem: Amazonas
- 10) Reclamação Disciplinar nº 1.00147/2020-05 (Recurso Interno)
Recorrente: Ricardo de Almeida Prado Filho
Recorridos: Servidores do Ministério Público do Estado do Piauí
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de servidores do Ministério Público do Estado do Piauí.
Relator(a): Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos
Origem: Piauí
- 11) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00214/2020-46
Requerente: Estado da Bahia
Advogado: Ruy Sergio Deiro da Paixão – OAB/BA nº 8130
Requerido: Milane de Vasconcelos Caldeira Tavares
Advogado: Manoel Joaquim Pinto Rodrigues da Costa – OAB/BA nº 11.024
Interessado: Ministério Público do Estado da Bahia
Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Disseminação de Coronavírus (COVID-19). Recomendação 003/2020 emitida pela 6ª Promotoria de Justiça de Paulo Afonso. Contrariedade às recomendações expedidas pela Organização Mundial da Saúde e ao regular funcionamento do Poder Executivo.
Relator(a): Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos
Origem: Bahia
Vista: Cons. Luciano Nunes Maia Freire
Cons. Sandra Krieger Gonçalves
(Pedido de Vista na 16ª Sessão Ordinária de 2020 (27/10/2020))
- 12) Proposição nº 1.00248/2020-02
Requerente: Valter Shuenquener de Araújo
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Criação da Política Nacional de Inovação e Desenvolvimento do Ministério Público brasileiro.
Relator(a): Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos
Origem: Distrito Federal
- 13) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00262/2020-61

- Requerente: Misael Silva Nogueira
Requerido: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul
Objeto: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul. Remuneração de Membros. Alegação de violação do teto constitucional.
Relator(a): Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos
Origem: Mato Grosso do Sul
- 14) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00263/2020-15 (Embargos de Declaração)
Embargantes: Membros do Ministério Público do Estado do Pará
Advogado: Daniel Konstadinidis – OAB/PA nº 9.167
Embargado: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Objeto: Ministério Público do Estado do Pará. Abandono, sem razão, da 4ª sessão da primeira reunião de julgamento de crime de competência do júri da comarca de Parauapebas.
Relator(a): Cons. Oswaldo D’Albuquerque Lima Neto
Origem: Pará
- 15) Pedido de Providências nº 1.00448/2020-75
Requerente: Misael Silva Nogueira
Requerido: Ministério Público do Estado do Amapá
Objeto: Ministério Público do Estado do Amapá. Irregularidades. Pagamento de subsídios de membros. Valores acima do teto constitucional. Vedação ao recebimento de vantagens e auxílios ao subsídio.
Relator(a): Cons. Sebastião Vieira Caixeta
Origem: Amapá
Vista: Cons. Oswaldo D’Albuquerque Lima Neto (Pedidos de Vista 5ª Sessão Ordinária de 2021 (13/04/2021)))
- 16) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00471/2020-23
Requerente: Bruno Silva Domingos
Requerido: Ministério Público do Estado de Tocantins
Interessados: Murilo de Souza Martins; Procuradoria da República - Tocantins
Objeto: Ministério Público Federal no Estado de Tocantins. Ministério Público do Estado de Tocantins. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato 1.36.002.000090/2020-62. Município de Gurupi.
Relator(a): Cons. Luciano Nunes Maia Freire
Origem: Tocantins
- 17) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00516/2020-60 (Embargos de Declaração)
Embargantes: Ministério Público Federal; Associação Nacional dos Procuradores da República
Objeto: Ministério Público Federal. Conselho Superior. 4ª Câmara de Coordenação e Revisão. Regulamentação do serviço de distribuição dos feitos. Reclamação PGEA 1.00.001.000098/2020-91. Pedido liminar.
Relator(a): Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos
Origem: Distrito Federal
- 18) Pedido de Providências nº 1.00518/2020-77
Requerente: Procuradoria da República – Rio de Janeiro
Requerido: Ministério Público Federal no Estado do Rio de Janeiro
Interessadas: Lenita Machado Tedesco; Marta Cristina Pires Anciães
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Rio de Janeiro. Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Conflito negativo de atribuições entre o 37º Ofício da Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro e a 2ª Promotoria de Justiça de Investigação Penal Territorial da Área Zona Sul e Barra da Tijuca do Núcleo Rio de

Janeiro. Notícia de Fato nº 1.30.001.003144/2020-75 (inquérito policial nº 016-01896/2018).

Relator(a): Cons. Luciano Nunes Maia Freire
Origem: Rio de Janeiro

19) Pedido de Providências nº 1.00519/2020-20

Requerente: Procuradoria da República – Rio de Janeiro
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Interessadas: Marta Cristina Pires Anciães; Paula da Fonseca Passos Bittencourt
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Rio de Janeiro. Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Conflito negativo de atribuições entre o 37º Ofício da Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro e a 4ª Promotoria de Justiça de Investigação Penal Territorial da Área Méier e Tijuca do Rio de Janeiro. Notícia de Fato nº 1.30.001.003025/2020-12 (procedimento MPRJ 2020.00192605).

Relator(a): Cons. Luciano Nunes Maia Freire
Origem: Rio de Janeiro

20) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00543/2020-32

Requerente: Ministério Público do Estado da Paraíba
Requerido: Ministério Público Federal
Objeto: Ministério Público do Estado da Paraíba. Ministério Público Federal. Conflito negativo de atribuições. Organização criminosa com atuação nos Estados do Ceará, Rio de Janeiro, Sergipe, Maranhão e Paraíba através da empresa Bilhetão Serviço e Intermediação Ltda

Relator(a): Cons. Luciano Nunes Maia Freire
Origem: Paraíba

21) Pedido de Providências nº 1.00709/2020-57

Requerentes: Eleovan_César Lima Mascarenhas; Procuradoria da República no Município de São José do Rio Preto - SP
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo
Interessado: Eduardo Martins Boiati
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Ministério Público Federal no Estado de São Paulo. Conflito negativo de atribuições. Inquérito Civil nº 1.34.015.000481/2019-79. Procuradoria da República de São José do Rio Preto. Promotoria de Justiça de Nhandeara. Pedido liminar.

Relator(a): Cons. Luciano Nunes Maia Freire
Origem: São Paulo

22) Reclamação Disciplinar nº 1.00782/2020-38 (Recurso Interno)

Recorrente: Sigiloso
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado do Maranhão.
Objeto: Reclamação Disciplinar em desfavor de Membro do Ministério Público do Estado do Maranhão.

Relator(a): Cons. Sandra Krieger Gonçalves
Origem: Maranhão

23) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00936/2020-09

Requerentes: Adila Maria Vicente dos Santos; Amanda Cristina Rodrigues Silva; Ana Carolina Azevedo Gomes; Ana Ligia Regnani Dal Bem; Breno da Silva Mustafa; Breno Lenza Cardoso; Bruna Gabriela Korobinski Filla; Danilo Moreira Batista; Debora Coelho; Emely Threiss da Silva; Fabio Silva Cardoso; Isabela Dias Andrade; Jhonatan Lemos Picoli; Kayan Menin Machado; Leticia Chaise; Mariana Ramos Neves; Pedro Andrade de Albuquerque Pereira; Renata Moura Miranda de Oliveira; Ricardo Galvão de Sousa

Lins; Saulo Martins de Melo; Valeria Valim Mengue de Matos; Vania Cristina Lopes Camacho Meyer

Advogada: Vania Cristina Lopes Camacho Meyer – OAB/RJ n.º 197701

Requerido: Ministério Público do Trabalho

Objeto: Ministério Público do Trabalho. 21º Concurso Público para ingresso no cargo de Procurador do Trabalho. Alegação de violação à Resolução 143/2017 CSMPT e à isonomia entre os candidatos. Ausência de transparência na divulgação de resultados. Irregularidades diversas em correção de provas discursivas. Desrespeito às normas de saúde e segurança. Pedido de liminar.

Relator(a): Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos

Origem: Rio de Janeiro

24) Reclamação Disciplinar n° 1.00973/2020-18 (Recurso Interno) (Processo Sigiloso)

Recorrente: Sigiloso

Advogado: Ivan Lopes de Araújo Filho – OAB/PI n.º 14249

Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado do Piauí

Advogada: Mayara Solfyere Lopes Teixeira – OAB/PI n.º 6179

Interessados: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Piauí; Ministério Público do Estado do Piauí

Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de Membro do Ministério Público do Estado do Piauí

Relator(a): Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos

Origem: Piauí

25) Pedido de Providências n° 1.00981/2020-55

Requerentes: Maria Cristina Guimaraes Pimentel; Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

Requerido: Ministério Público Federal

Objeto: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Ministério Público Federal. Conflito negativo de atribuição. Suposto crime de racismo em rede social da Internet. Competência.

Relator(a): Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza

Origem: Rio de Janeiro

26) Pedido de Providências n° 1.00986/2020-23

Requerente: Ministério Público Federal

Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo

Objeto: Ministério Público Federal. Ministério Público do Estado de São Paulo. Conflito negativo de atribuição. Supostas irregularidades na aplicação de verbas do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Magistério – FUNDEF praticadas por Prefeito do Município de Pirapozinho.

Relator(a): Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos

Origem: São Paulo

27) Processo Administrativo Disciplinar n° 1.01043/2020-81

Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público

Requerido: Membro do Ministério Público do Estado de Sergipe

Advogados: Alessandro de Araújo Guimarães – OAB/SE n° 7.300; Edson Luiz Campos Melo – OAB/SE n° 5644

Objeto: Membro do Ministério Público do Estado de Sergipe. Reclamação Disciplinar n° 1.00193/2019-52. Uso de palavras ofensivas ao decoro e à imagem de profissional da advocacia.

Relator(a): Cons. Luciano Nunes Maia Freire

Origem: Distrito Federal

- 28) Conflito de Atribuições nº 1.01049/2020-03
Requerente: Ministério Público Federal
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo
Interessado: Justiça Federal de 1º Grau – São Paulo
Objeto: Ministério Público Federal. Ministério Público do Estado de São Paulo. Conflito negativo de atribuição. Apuração de possível crime de fraude e estelionato.
Relator(a): Cons. Luciano Nunes Maia Freire
Origem: São Paulo
- 29) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.01055/2020-33
Requerente: Horácio Afonso de Figueiredo da Fonseca
Advogado: Mauro Roberto Gomes de Mattos – OAB/RJ n.º 57.739
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Objeto: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Representação por remoção compulsória de Promotor de Justiça no âmbito da Corregedoria Geral do Parquet estadual. Alegação de violação a dispositivos constitucionais. Pedido de liminar.
Relator(a): Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos
Origem: Rio de Janeiro
- 30) Pedido de Providências nº 1.00021/2021-49
Requerente: Roberto Jonnathan Penha de Salles
Requerido: Ministério Público do Estado do Maranhão
Objeto: Ministério Público do Estado do Maranhão. Edital nº 35/2020. Contratação de 200 estagiários com nível de pós-graduação em Direito. Alegação de violação ao princípio do concurso público. Possível desvio de finalidade.
Relator(a): Cons. Sebastião Vieira Caixeta
Origem: Maranhão
- 31) Pedido de Providências nº 1.00070/2021-18
Requerente: Procuradoria de República – São Paulo
Requerido: Ministério Público do Trabalho
Objeto: Ministério Público Federal no Estado de São Paulo (Procuradoria de República no Município de Campinas). Ministério Público do Trabalho. Conflito negativo de atribuição. Inquérito civil instaurado para apuração de irregularidades praticadas por entidade privada (CEBRASPE) na aplicação de prova no concurso público do INSS em Campinas, Estado de São Paulo, consistentes no impedimento aos fiscais por ela contratados de ausência do locus para obtenção de alimentação.
Relator(a): Cons. Luciano Nunes Maia Freire
Origem: São Paulo
- 32) Conflito de Atribuições nº 1.00071/2021-71
Requerente: Ministério Público do Estado de São Paulo
Requerido: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Conflito negativo de atribuição. Inquérito civil instaurado para apurar práticas abusivas realizadas por empresas, consistentes no envio de material didático a consumidores, sem solicitação prévia ou mediante coação. Localização da sede da empresa.
Relator(a): Cons. Luciano Nunes Maia Freire
Origem: São Paulo
- 33) Reclamação Disciplinar nº 1.00104/2021-56 (Recurso Interno)

- Recorrente: Jonatan Delatorre
Recorrido: Membro do Ministério Público Federal
Interessados: Corregedoria Nacional do Ministério Público; Ministério Público Federal
Objeto: Reclamação Disciplinar em desfavor de Membro do Ministério Público Federal.
Relator(a): Cons. Sandra Krieger Gonçalves
Origem: Santa Catarina
- 34) Conflito de Atribuições nº 1.00114/2021-09
Requerentes: Lenita Machado Tedesco; Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo
Interessado: Daniel Gruenwald Lepine
Objeto: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Ministério Público do Estado de São Paulo. Procedimento MPRJ n. 2020.00792012. Conflito negativo de atribuição. Ocorrência, em tese, de crime de "falso sequestro" na cidade de Cananéia. 2ª Promotoria de Justiça de Investigação Penal Territorial da área Zona Sul e Barra da Tijuca. Promotoria de Justiça de Cananeia/SP.
Relator(a): Cons. Luciano Nunes Maia Freire
Origem: São Paulo
- 35) Reclamação para Preservação da Competência e da Autoridade das Decisões do Conselho nº 1.00137/2021-50
Requerente: Ministério Público Militar
Requerido: Ministério Público Federal
Interessado: Antônio Pereira Duarte
Objeto: Ministério Público Federal. Investigação, na seara criminal, da responsabilidade dos militares do Exército envolvidos nos disparos de arma de fogo contra carro de família, em Guadalupe, na Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro/RJ, no dia 7 de abril de 2019. PIC 1.30.001.001521/2019-06. Decisão em sede de Reclamação para Preservação da Autonomia n.º 1.00348/2019-79. Descumprimento após não homologação de arquivamento. Pedido de liminar.
Relator(a): Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos
Origem: Rio de Janeiro
- 36) Pedido de Providências nº 1.00152/2021-71
Requerente: Procuradoria da República – Minas Gerais
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Interessados: Bruno José Silva Nunes; Deise Poubel Lopes
Objeto: Ministério Público Federal no Estado de Minas Gerais. Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Conflito negativo de atribuição. Procedimento PGR 1.00.000.019562/2020-23. Apuração de suposta irregularidade no processo seletivo para concessão de bolsas estudantis sociais. Centro Universitário do Leste de Minas Gerais (UNILESTE), no Município de Coronel Fabriciano/MG. Ofício 91/2021-AJCA/PGR.
Relator(a): Cons. Luciano Nunes Maia Freire
Origem: Minas Gerais
- 37) Pedido de Providências nº 1.00155/2021-32
Requerente: Procuradoria da República – Pará
Requerido: Ministério Público do Estado do Pará
Interessados: Carlos Lamarck Magno Barbosa; Sadi Flores Machado
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Pará. Ministério Público do Estado do Pará. Conflito negativo de atribuição. Procedimento PGR 1.00.000.019856/2020-55. Apuração de inadimplências de escolas situadas em municípios da Região Nordeste III (Polo Paragominas). Impossibilidade de recebimento de recursos do Programa

Dinheiro Direto na Escola-PDDE. Ofício 91/2021-AJCA/PGR.
Relator(a): Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos
Origem: Pará

38) Pedido de Providências nº 1.00159/2021-57

Requerente: Ministério Público Federal
Requerido: Ministério Público do Estado de Mato Grosso
Interessados: Paulo Alexandre Alba Colucci; Rodrigo Pires de Almeida
Objeto: Ministério Público Federal. Ministério Público do Estado do Mato Grosso. Conflito negativo de atribuição. Procedimento de Conflito de Atribuição PGR nº 1.00.000.000483/2020-49. Apuração de possíveis irregularidades no regime previdenciário do município de Vale de São Domingos. 1ª Promotoria de Justiça Cível de Pontes e Lacerda. Procuradoria da República de Cáceres. Ofício 91/2021-AJCA/PGR.
Relator(a): Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza
Origem: Mato Grosso

39) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00162/2021-16

Requerente: Genivaldo Alves Santos
Requerido: Ministério Público do Estado de Rondônia
Interessado: Lurdes Helena Bosa
Objeto: Ministério Público do Estado de Rondônia. Determinação ao Departamento de Recursos Humanos que emita a certidão de prática jurídica correspondente aos 2 anos e 11 meses. Promotoria de Justiça da Comarca de Presidente Médici. Pedido liminar.
Relator(a): Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto
Origem: Rondônia

40) Conflito de Atribuições nº 1.00173/2021-14

Requerente: Ministério Público Federal
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Interessados: Ana Flávia Afonso Drumond Amorim; Túlio Favaro Beggato
Objeto: Ministério Público Federal. Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Conflito negativo de atribuição. Procedimento de Conflito de Atribuição PGR. Apuração de extração de areia no Rio Araçuaí, zona rural do município de Virgem da Lapa, e possível dano ambiental decorrente de atividade minerária irregular. 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Araçuaí. Procuradoria da República no Município de Teófilo Otoni. Ofício 91/2021-AJCA/PGR.
Relator(a): Cons. Luciano Nunes Maia Freire
Origem: Minas Gerais

41) Pedido de Providências nº 1.00184/2021-12

Requerente: Procuradoria da República – Rio de Janeiro
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Rio de Janeiro. Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Conflito negativo de atribuição. Procedimento PGR 1.00.000.021173/2020-68. Apuração de fraude em licitação e formação de cartel. Pregão eletrônico 023/2019. MPRJ Nº 2019.01252163. Ofício 91/2021-AJCA/PGR.
Relator(a): Cons. Luciano Nunes Maia Freire
Origem: Rio de Janeiro

42) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00195/2021-10 (Recurso Interno)

Recorrente: Igor Almeida Calado
Recorrido: Ministério Público do Estado de Pernambuco

- Objeto: Ministério Público do Estado de Pernambuco. Irresignação após resposta de requerimento com base na Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011).
Relator(a): Cons. Sandra Krieger Gonçalves
Origem: Pernambuco
- 43) Pedido de Providências nº 1.00196/2021-74
Requerente: Procuradoria da República – Paraíba
Requerido: Ministério Público do Estado da Paraíba
Interessados: Bruno Barros de Assunção; Ismânia do Nascimento Rodrigues Pessoa Nóbrega
Objeto: Ministério Público Federal no Estado da Paraíba. Ministério Público do Estado da Paraíba. Conflito negativo de atribuição. Procedimento PGR 1.00.000.021790/2020-63. Apuração de supostas irregularidades no atendimento do SINE, em Campina Grande/PB. Ofício 91/2021-AJCA/PGR.
Relator(a): Cons. Luciano Nunes Maia Freire
Origem: Paraíba
- 44) Pedido de Providências nº 1.00197/2021-28
Requerente: Procuradoria da República – Santa Catarina
Requerido: Ministério Público do Estado de Santa Catarina
Interessados: Eduardo Herdt Barragan; Rogério Ponzi Seligman
Objeto: Ministério Público Federal no Estado de Santa Catarina. Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Conflito negativo de atribuição. Procedimento PGR 1.00.000.021794/2020-41. Apuração de possível reforma irregular em imóvel histórico, conhecido como Fábrica de Bordados Hoepcke, na cidade de Florianópolis/SC. Ofício 91/2021-AJCA/PGR.
Relator(a): Cons. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior
Origem: Santa Catarina
- 45) Pedido de Providências nº 1.00200/2021-77
Requerente: Procuradoria da República – Sergipe
Requerido: Procuradoria Geral de Justiça do Estado de Sergipe
Interessados: Heitor Alves Soares; Pollyanna Mara de Castro Aguiar
Objeto: Ministério Público Federal no Estado de Sergipe. Ministério Público do Estado de Sergipe. Conflito negativo de atribuição. Procedimento PGR 1.00.000.021815/2020-29. Apuração de suposta ausência de depósitos de FGTS de servidores municipais celetistas do Município de Barra dos Coqueiros. Ofício 91/2021-AJCA/PGR.
Relator(a): Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos
Origem: Sergipe
- 46) Pedido de Providências nº 1.00207/2021-52
Requerente: Ana Lúcia Soares de Sousa Almeida
Requerido: Ministério Público do Estado do Piauí
Interessado: Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado do Piauí
Objeto: Ministério Público do Estado do Piauí. Revisão de omissões e decisões da Procuradoria-Geral de Justiça e da Corregedoria-Geral do Ministério Público. Uso/desuso do telefone de plantão durante a pandemia. Entrega e devolução do aparelho conforme indicação do plantonista.
Relator(a): Cons. Sandra Krieger Gonçalves
Origem: Piauí
- 47) Conflito de Atribuições nº 1.00213/2021-82
Requerente: Ministério Público Federal
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais

- Interessados: Marco Antônio Meiken; Ricardo Nakahira
Objeto: Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Ministério Público Federal. Conflito negativo de atribuição. Suposta violação de direito do consumidor decorrente de relação contratual securitária habitacional com a seguradora Zurich. Procuradoria da República em Bragança Paulista. Promotoria de Justiça de Monte Sião.
Relator(a): Cons. Luciano Nunes Maia Freire
Origem: Minas Gerais
- 48) Conflito de Atribuições nº 1.00238/2021-40
Requerente: Ministério Público Federal
Requerido: Ministério Público do Estado de Sergipe
Interessados: Julival Pires Rebouças Neto; Leonardo Cervino Martinelli
Objeto: Ministério Público Federal. Ministério Público do Estado de Sergipe. Conflito negativo de atribuição. Procedimento de Conflito de Atribuição - PGR n. 1.00.000.018401/2019-89. Apuração de possíveis irregularidades em permissões de uso conferidas pelo Estado de Sergipe em favor do município de Nossa Senhora do Socorro. Procuradoria da República no Estado de Sergipe. 2ª Promotoria de Justiça Especial de Nossa Senhora do Socorro.
Relator(a): Cons. Luciano Nunes Maia Freire
Origem: Sergipe
- 49) Pedido de Providências nº 1.00241/2021-09
Requerente: Procuradoria da República – Bahia
Requerido: Procuradoria Geral de Justiça do Estado da Bahia
Interessados: Andréa Lemos Fontoura; Ovidio Augusto Amoedo Machado
Objeto: Ministério Público Federal no Estado da Bahia. Ministério Público do Estado da Bahia. Conflito negativo de atribuição. Procedimento PGR 1.00.000.002535/2021-01. Apuração de supostas irregularidades na gestão dos recursos provenientes da Lei Aldir Blanc (Lei 14.017/2020). Município de Mata de São João. Recebimento de recursos emergenciais destinado ao setor cultural. IDEA nº 167.9.239441/2020.
Relator(a): Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos
Origem: Bahia
- 50) Conflito de Atribuições nº 1.00246/2021-87
Requerente: Ministério Público Federal
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Interessada: Monique Cheker de Souza
Objeto: Ministério Público Federal. Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Conflito negativo de atribuição. Procedimento de Conflito de Atribuição - PGR n. 1.00.000.014416/2019-78. Possível prática de crime de falsificação de documento público perante a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro. Procuradoria da República no município de Petrópolis. Promotoria de Investigação Penal de Petrópolis.
Relator(a): Cons. Luciano Nunes Maia Freire
Origem: Rio de Janeiro
- 51) Conflito de Atribuições nº 1.00250/2021-08
Requerente: Procuradoria da República –Espírito Santo
Requerido: Ministério Público do Estado do Espírito Santo
Interessados: Elion Vargas Teixeira; Paulo Henrique Camargos Trazzi
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Espírito Santo. Ministério Público do Estado do Espírito Santo. Conflito negativo de atribuições. Procedimento PGR 1.17.001.000039/2021-05. Apuração de suposto uso de documento falso pela empresa Montanha Construtora Eireli, localizada em Alegre/ES, no processo de

Tomada de Preço nº 000004/2020 da Prefeitura Municipal de Muniz Freire/ES.

Relator(a): Cons. Luciano Nunes Maia Freire

Origem: Espírito Santo

52) Pedido de Providências nº 1.00257/2021-85

Requerente: Procuradoria da República – Mato Grosso

Requerido: Ministério Público do Estado do Mato Grosso

Interessados: Graziella Salina Ferrari; Guilherme Fernandes Ferreira Tavares

Objeto: Ministério Público Federal em Mato Grosso. Ministério Público do Estado do Mato Grosso. Conflito negativo de atribuição. Procedimento de Conflito de Atribuição - PGR n. 1.00.000.003781/2018-76. Apuração de irregularidade em demarcação de lotes em assentamento administrado pelo INCRA, no município de Querência. Procuradoria da República no município de Barra do Garças. Promotoria de Justiça de Querência.

Relator(a): Cons. Sebastião Vieira Caixeta

Origem: Mato Grosso

53) Conflito de Atribuições nº 1.00261/2021-06

Requerente: Ministério Público do Estado do Pará

Requeridos: Procuradoria da República – Pará; Procuradoria da República no Município de Altamira-PA

Interessado: Renato Belini de Oliveira Costa

Objeto: Ministério Público do Estado do Pará. Ministério Público Federal no Estado do Pará. Conflito negativo de atribuição. Procedimento de Conflito de Atribuição - PGR n. 1.00.000.012281/2016-63. Apuração de ocorrência de fraude na obtenção de empréstimos consignados em folha de segurados do INSS. Procuradoria da República no Município de Altamira. Promotoria de Justiça de Pacajá.

Relator(a): Cons. Luciano Nunes Maia Freire

Origem: Pará

54) Pedido de Providências nº 1.00264/2021-69 (Processo Sigiloso)

Requerente: Procuradoria da República – Paraná

Requerido: Ministério Público do Estado do Paraná

Interessados: Danielle Dias Curvelo; Laercio Januário de Almeida

Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Paraná. Ministério Público do Estado do Paraná. Conflito negativo de atribuição. Procedimento PGR nº 1.00.000.003370/2020-03. Notícia de Fato MPPR-0088.18.006662-8. Apuração de policiais civis e rodoviários em contrabandos e furtos/desvios de cargas da Região Noroeste do Paraná. Região de Paranavaí e Diamante do Norte. Município de Maringá.

Relator(a): Cons. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior

Origem: Paraná

55) Conflito de Atribuições nº 1.00265/2021-12

Requerente: Procuradoria da República – Rio Grande do Sul

Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul

Interessados: André Casagrande Raupp; Marcelo Araújo Simões

Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Rio Grande do Sul. Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. Conflito negativo de atribuição. Procedimento de Conflito de Atribuição - PGR n. 1.00.000.006887/2019-11. Apuração de dano ambiental decorrente de parcelamento de solo e terraplanagem de dunas sem licença ou autorização ambiental. Promotoria de Justiça de Torres. Procuradoria da República no município de Capão da Canoa.

Relator(a): Cons. Luciano Nunes Maia Freire

Origem: Rio Grande do Sul

- 56) Pedido de Providências nº 1.00284/2021-58
Requerente: Ministério Público do Estado da Bahia
Requerido: Procuradoria da República – Bahia
Interessados: Beneval Santos Mutim; Roberto D'Oliveira Vieira
Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Ministério Público Federal no Estado da Bahia. Conflito negativo de atribuição. Procedimento de Conflito de Atribuição - PGR n. 1.00.000.000413/2020-91. Possível ocorrência de crime praticado por cidadão português via mensagens de aplicativo de celular com reflexos no território brasileiro. Procuradoria da República em Vitória da Conquista. Promotoria Regional de Vitória da Conquista.
Relator(a): Cons. Luciano Nunes Maia Freire
Origem: Bahia
- 57) Pedido de Providências nº 1.00304/2021-27 (Recurso Interno)
Recorrente: Marcondes Acacio Valadares
Recorrido: Ministério Público do Estado do Maranhão
Objeto: Ministério Público do Estado do Maranhão. Requerimento baseado na Lei de Acesso à Informação (12.527/2011). Indeferimento por parte do representante ministerial.
Relator(a): Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza
Origem: Maranhão
- 58) Conflito de Atribuições nº 1.00325/2021-70
Requerente: Procuradoria da República – Rio de Janeiro
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Interessados: Carlos Andresano Moreira; Cristiane Pereira Duque Estrada
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Rio de Janeiro. Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Conflito negativo de atribuições. Procedimento PGR 1.00.000.009592/2020-21. Apuração de possível prática de ilícito penal a partir de notícia de suposta operação ilegal de táxi aéreo em passeio de helicóptero operando no aeroporto de Jacarepaguá.
Relator(a): Cons. Luciano Nunes Maia Freire
Origem: Rio de Janeiro
- 59) Conflito de Atribuições nº 1.00327/2021-87
Requerente: Ministério Público do Estado do Ceará
Requerido: Procuradoria da República – Ceará
Interessados: Fernando Antônio Negreiros Lima; Marcelo Yuri Moreira Martins
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Ceará. Ministério Público do Estado do Ceará. Conflito negativo de atribuições. Procedimento PGR 1.00.000.010135/2020-80. Notícia de fato declinada do MPCE (nº 01.2019.00014284-0), na qual são relatados problemas pelos moradores do loteamento Cidade Jardim II (Bairro José Walter - Fortaleza/CE), projeto vinculado ao programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV).
Relator(a): Cons. Sebastião Vieira Caixeta
Origem: Ceará
- 60) Conflito de Atribuições nº 1.00335/2021-14
Requerente: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Requeridos: Procuradoria da República – Minas Gerais
Interessados: Joaquim Emboaba; Lucas de Moraes Gualtierri
Objeto: Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Ministério Público Federal em Minas Gerais. Conflito negativo de atribuição. Procedimento de Conflito de Atribuição - PGR n. 1.00.000.013151/2019-91. Falta de acessibilidade à portadora de necessidades especiais em transporte rodoviário no município de Pouso Alegre. Procuradoria da

República no município de Pouso Alegre. 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Pouso Alegre.

Relator(a): Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza
Origem: Minas Gerais

61) Conflito de Atribuições nº 1.00338/2021-85

Requerente: Procuradoria do Trabalho no Município de Ji-Paraná
Requeridos: Ministério Público do Estado de Rondônia
Interessados: Anderson Luiz Corrêa da_Silva; Paulo Fernando Lermen
Objeto: Ministério Público do Trabalho no Estado de Rondônia. Ministério Público do Estado de Rondônia Conflito negativo de atribuições. Procedimento PGR 1.00.000.012107/2019-63. Apuração de supostas irregularidades referentes à saúde local no âmbito da Prefeitura de Vilhena/RO.

Relator(a): Cons. Luciano Nunes Maia Freire
Origem: Rondônia

62) Conflito de Atribuições nº 1.00342/2021-06

Requerente: Procuradoria Regional do Trabalho 17ª Região – Espírito Santo
Requerido: Ministério Público do Estado do Espírito Santo
Interessados: Antônio Marcos Fonseca de Souza; Elaine Costa de Lima
Objeto: Ministério Público do Trabalho no Estado do Espírito Santo. Ministério Público do Estado do Espírito Santo. Apuração de supostas irregularidades praticadas pelo Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Marechal Floriano/ES.

Relator(a): Cons. Luciano Nunes Maia Freire
Origem: Espírito Santo

63) Conflito de Atribuições nº 1.00352/2021-42

Requerente: Procuradoria da República – Paraíba
Requerido: Ministério Público do Estado da Paraíba
Interessados: Danielle Lucena da Costa Rocha; Renan Paes Felix
Objeto: Ministério Público Federal na Paraíba. Ministério Público do Estado da Paraíba. Conflito negativo de atribuição. Notícia de Fato 1.24.005.000006/2021-82. Solicitação encaminhada pela Escola de Ensino Superior do Agreste Paraibano - EESAP, requerendo a realização de audiência para tratar acerca do retorno das atividades presenciais. Promotoria de Justiça de Guarabira. Procuradoria da República no município de Guarabira.

Relator(a): Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos
Origem: Paraíba

64) Conflito de Atribuições nº 1.00354/2021-50

Requerente: Procuradoria da República – Mato Grosso do Sul
Requerido: Ministério Público do Estado do Mato Grosso do Sul
Interessados: Gabriel da Costa Rodrigues Alves; Marcelo José da Silva
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Mato Grosso do Sul. Ministério Público do Estado do Mato Grosso do Sul. Conflito negativo de atribuição. Procedimento PGR 1.00.000.010051/2020-46. Apuração de instalação de equipamento do Sistema SINIVEM, na Rodovia Federal BR-463-MS, sem autorização do DNIT/MS. Município de Ponta Porã.

Relator(a): Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza
Origem: Mato Grosso do Sul

65) Conflito de Atribuições nº 1.00371/2021-88

Requerente: Procuradoria da República – Mato Grosso

- Requerido: Ministério Público do Estado de Mato Grosso
Interessados: Roberta Cheregati Sanches; Vinícius Alexandre Fortes de Barros
Objeto: Ministério Público Federal no Mato Grosso. Ministério Público do Estado do Mato Grosso. Procedimento de Conflito de Atribuição - PGR n. 1.00.000.014193/2020-82. Suposta comercialização de lotes adquiridos por meio do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF). Possível crime de estelionato cometido por presidentes de diversas associações de trabalhadores rurais. Procuradoria da República no município de Juína. Promotoria de Justiça Criminal de Juara.
Relator(a): Cons. Luciano Nunes Maia Freire
Origem: Mato Grosso
- 66) Conflito de Atribuições nº 1.00373/2021-95
Requerente: Procuradoria da República – Espírito Santo
Requerido: Ministério Público do Estado do Espírito Santo
Interessados: Cleto Vinícius Vieira Pedrollo; Paulo Henrique Camargos Trazzi
Objeto: Ministério Público Federal no Espírito Santo. Ministério Público do Estado do Espírito Santo. Conflito negativo de atribuição. Procedimento: 1.17.001.000161/2016-14. Inquérito Civil instaurado para apurar irregularidades apontadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) no processo TC 023.700/2015-7, que trata de auditoria realizada para averiguar a qualidade e disponibilidade das instalações e equipamentos em escolas públicas de ensino fundamental e a conformidade da aplicação de recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). Procuradoria da República em Cachoeiro do Itapemirim. Promotoria de Justiça de Cachoeiro de Itapemirim.
Relator(a): Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza
Origem: Espírito Santo
- 67) Conflito de Atribuições nº 1.00386/2021-09
Requerente: Procuradoria da República – Minas Gerais
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Interessados: Lélío Braga Calhau; Lílian Miranda Machado
Objeto: Ministério Público Federal em Minas Gerais. Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Conflito negativo de atribuição. Procedimento de Conflito de Atribuição - PGR n. 1.00.000.006797/2019-11. Apuração da regularidade da comercialização de plano de assistência familiar. Promotoria de Justiça de Governador Valadares/MG. Procuradoria da República no município de Governador Valadares.
Relator(a): Cons. Luciano Nunes Maia Freire
Origem: Minas Gerais
- 68) Conflito de Atribuições nº 1.00391/2021-77
Requerente: Procuradoria da República – São Paulo
Recorrente: Ministério Público do Estado de São Paulo
Interessadas: Fabiana Lima Vidal Rio; Juliana Mendes Daun Fonseca
Objeto: Ministério Público Federal em São Paulo. Ministério Público do Estado de São Paulo. Conflito negativo de atribuição. Procedimento de Conflito de Atribuição - PGR n. 1.34.012.000280/2016-59. Apuração de ato de improbidade administrativa supostamente praticado por servidora pública municipal de Bertioga/SP contra o INSS. Procuradoria da República no Estado de São Paulo. 2ª Promotoria de Justiça de Bertioga/SP.
Relatora: Cons. Luciano Nunes Maia Freire
Origem: São Paulo
- 69) Conflito de Atribuições nº 1.00392/2021-20
Requerente: Procuradoria da República – Alagoas

- Requerido: Ministério Público do Estado de Alagoas
Interessadas: Lavínia Silveira de Mendonça Fragoso; Raquel Teixeira Maciel Rodrigues
Objeto: Ministério Público Federal em Alagoas. Ministério Público do Estado de Alagoas. Conflito negativo de atribuição. Procedimento de Conflito de Atribuição - PGR n. 1.00.000.002060/2020-63. Apuração de poluição de mar territorial em virtude de despejo irregular de esgoto em Maceió/AL. Procuradoria da República no Estado de Alagoas. 5ª Promotoria de Justiça da Capital/AL.
Relator(a): Cons. Sebastião Vieira Caixeta
Origem: Alagoas
- 70) Conflito de Atribuições nº 1.00396/2021-45
Requerente: Procuradoria da República – Amazonas
Requerido: Ministério Público do Estado do Amazonas
Interessados: Thiago Pinheiro Correa; Tânia Maria de Azevedo Feitosa
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Amazonas. Ministério Público do Estado do Amazonas. Conflito negativo de atribuições. Procedimento PGR 1.00.000.008926/2020-40. Apuração de suposta ausência de prestação de contas pelo ex-Prefeito do Município de Itacoatiara e pelas empresas F. L Rodrigues Barreto, M. J. G. Xavier e Antônio Luiz Farias de Souza, referente ao exercício de 2016.
Relator(a): Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos
Origem: Amazonas
- 71) Conflito de Atribuições nº 1.00397/2021-07
Requerente: Procuradoria da República – Bahia
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia
Interessadas: Rita de Cássia Rodrigues Caxias de Souza; Ticiane Andréa Sales Nogueira
Objeto: Ministério Público Federal no Estado da Bahia. Ministério Público do Estado da Bahia. Conflito negativo de atribuições. Procedimento PGR 1.00.000.009312/2020-85. Apuração do contido na Representação formulada pelo Hospital Dia São Lucas, na qual solicita providências na execução e prestação de contas do Contrato de Prestação de Serviços de Saúde e do Plano Operativo do Hospital PROMATRE de Juazeiro, celebrado com o município de Juazeiro/BA.
Relator(a): Cons. Luciano Nunes Maia Freire
Origem: Bahia
- 72) Conflito de Atribuições nº 1.00405/2021-16
Requerente: Procuradoria da República – Bahia
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia
Interessadas: Nara Soares Dantas Kruschewsky; Vanezza De Oliveira Bastos Rossi
Objeto: Ministério Público Federal no Estado da Bahia. Ministério Público do Estado da Bahia. Conflito negativo de atribuições. Procedimento PGR 1.00.000.010539/2020-73. Apuração de notícia de suposto crime contra ordem econômica em face de possível existência de cartel no transporte de cargas de veículos novos no território nacional, concorrência desleal e aumento irregular de valores de frete praticado pela Ford Motor Company LTDA, filial em Camaçari. Apurado no curso do processo 0500501-37.2015.805.0039
Relator(a): Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto
Origem: Bahia
- 73) Proposição nº 1.00415/2021-60
Requerente: Marcelo Weitzel Rabello de Souza
Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar – ANMPM;; Associação Nacional dos Procuradores da República – ANPR; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público –

CONAMP; Comissão de Preservação da Autonomia do Ministério Público; Ministério Público do Estado do Maranhão; Ministério Público do Distrito Federal e Territórios; Ministério Público do Estado da Bahia; Ministério Público do Estado da Paraíba; Ministério Público do Estado de Alagoas; Ministério Público do Estado de Goiás; Ministério Público do Estado de Mato Grosso; Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul; Ministério Público do Estado de Minas Gerais; Ministério Público do Estado de Pernambuco; Ministério Público do Estado de Rondônia; Ministério Público do Estado de Roraima; Ministério Público do Estado de Santa Catarina; Ministério Público do Estado de Sergipe; Ministério Público do Estado de São Paulo; Ministério Público do Estado de Tocantins; Ministério Público do Estado do Acre; Ministério Público do Estado do Amapá; Ministério Público do Estado do Amazonas; Ministério Público do Estado do Ceará; Ministério Público do Estado do Espírito Santo; Ministério Público do Estado do Paraná; Ministério Público do Estado do Pará; Ministério Público do Estado do Piauí; Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro; Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte; Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul; Ministério Público do Trabalho; Ministério Público Federal; Ministério Público Militar.

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Institui a Política Nacional de Proteção de Dados Pessoais e o Sistema Nacional de Proteção de Dados Pessoais do Ministério Público brasileiro, e dá outras providências.

Relator(a): Cons. Sebastião Vieira Caixeta

Origem: Distrito Federal

74) Conflito de Atribuições nº 1.00417/2021-78

Requerente: Ministério Público do Estado do Pará

Requerido: Procuradoria da República – Pará

Interessado: José Augusto Torres Potiguar

Objeto: Ministério Público do Estado do Pará. Ministério Público Federal no Pará. Conflito negativo de atribuição. Procedimento de Conflito de Atribuição - PGR n. 1.00.000.021784/2019-72. Aplicação de verbas públicas no estádio municipal de Breves/PA. 1ª Promotoria de Justiça de Breves/PA. Procuradoria da República no Pará.

Relator(a): Cons. Luciano Nunes Maia Freire

Origem: Pará

75) Conflito de Atribuições nº 1.00420/2021-37

Requerente: Procuradoria da República – Sergipe

Requerido: Ministério Público do Estado de Sergipe

Interessados: Heitor Alves Soares; Kelfrenn Teixeira Rodrigues de Menezes

Objeto: Ministério Público Federal no Estado de Sergipe. Ministério Público do Estado de Sergipe. Conflito negativo de atribuição. Procedimento PGR. Apuração de supostas irregularidades no cadastramento de beneficiários do programa minha casa minha vida, realizado pelo Município de Arauá/SE em parceria com o Governo Federal. (ref.: Ofício nº 372/2020 do Conselho Superior do Ministério Público, de 20/04/2020 - PROEJ 30.19.01.0001).

Relator(a): Cons. Sebastião Vieira Caixeta

Origem: Sergipe

76) Conflito de Atribuições nº 1.00424/2021-51

Requerente: Procuradoria da República – Amazonas

Requerido: Ministério Público do Estado do Amazonas

Interessados: Bruno Silva Domingos; Eric Nunes Novaes Machado

Objeto: Ministério Público Federal no Amazonas. Ministério Público do Estado do Amazonas. Conflito negativo de atribuição. Procedimento de Conflito de Atribuição – PGR n.º 1.00.000.022237/2020-48. Apuração de irregularidades na nomeação e lotação de professores da educação indígena no Município de Benjamin Constant/AM, referente

a concurso de 2016. Procuradoria da República no Amazonas – 1º Ofício da Procuradoria da República no Município de Tabatinga. Promotoria de Justiça de Benjamin Constant/AM.

Relator(a): Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos
Origem: Amazonas

77) Conflito de Atribuições nº 1.00429/2021-20

Requerente: Ministério Público do Estado do Paraná
Requerido: Procuradoria da República – Paraná
Interessados: Marcelo Godoy; Tiago Vacar
Objeto: Ministério Público do Estado do Paraná. Ministério Público Federal no Estado do Paraná. Conflito negativo de atribuição. Procedimento de Conflito de Atribuição - PGR n. 1.00.000.023951/2019-56. Apuração de desvio de finalidade na aplicação de recursos provenientes do Orçamento Geral da União, no município de Dois Vizinhos/PR. 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Dois Vizinhos. Procuradoria da República em Francisco Beltrão.

Relator(a): Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto
Origem: Paraná

78) Pedido de Providências nº 1.00432/2021-99 (Recurso Interno)

Recorrente: Laerte Codonho
Recorrido: Ministério Público do Estado de São Paulo
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Ato do Conselho Superior. Negativa de acesso aos autos do Inquérito Civil nº 14.0695.0000728/2019-5. Consulta/reprodução, ou fornecimento de cópia do inteiro teor do acórdão que deu provimento ao Recurso interposto pela Procuradoria-Geral do Estado de São Paulo contra a instauração do mencionado Inquérito Civil.

Relator(a): Cons. Sandra Krieger Gonçalves
Origem: São Paulo

79) Conflito de Atribuições nº 1.00434/2021-04

Requerente: Procuradoria da República – Rio Grande do Sul
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul
Interessados: Gilmar Possa Maroneze; Jerusa Burmann Viecili
Objeto: Ministério Público Federal no Rio Grande do Sul. Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. Conflito Negativo de Atribuição. Procedimento de Conflito de Atribuição - PGR n. 1.00.000.013130/2019-75. Apuração referente a irregularidades nos repasses da contribuição patronal no município de Barão do Triunfo e das contribuições previdenciárias retidas dos servidores públicos municipais ao Fundo de Aposentadoria e Pensão do Servidor (FAPS), no período de 2005 a agosto de 2011. Procuradoria da República no Rio Grande do Sul - Núcleo de Combate à Corrupção - 24ª Ofício. Promotoria de Justiça Especializada de São Jerônimo.

Relator(a): Cons. Luciano Nunes Maia Freire
Origem: Rio Grande do Sul

80) Conflito de Atribuições nº 1.00442/2021-33

Requerente: Ministério Público do Estado de São Paulo
Requerido: Procuradoria da República – São Paulo
Interessados: Thiago Lemos de Andrade; Victor Ribeiro Travain
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Ministério Público Federal em São Paulo. Conflito negativo de atribuição. Procedimento de Conflito de Atribuição - PGR n. 1.00.000.002383/2020-57. Apuração de suposto delito de falsa perícia, praticado por perito médico em ação previdenciária. Procuradoria da República em São Paulo. 5ª Promotoria de Justiça Criminal da Capital.

Relator(a): Cons. Luciano Nunes Maia Freire
Origem: São Paulo

81) Conflito de Atribuições nº 1.00461/2021-79

Requerente: Ministério Público do Estado de Pernambuco
Requerido: Procuradoria da República - Pernambuco
Interessado: Daniel José Mesquita Monteiro Dias
Objeto: Ministério Público Federal em Pernambuco. Ministério Público do Estado de Pernambuco. Conflito negativo de atribuição. Procedimento de Conflito de Atribuição - PGR n. 1.00.000.020197/2020-08. Apuração de utilização indevida de recursos federais oriundos do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE, no município de Belém de Maria.

Relator(a): Cons. Sebastião Vieira Caixeta
Origem: Pernambuco

82) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00464/2021-30

Requerente: Federação Nacional dos Servidores dos Ministérios Públicos Estaduais – FENAMP
Advogado: Rudi Meira Cassel – OAB/DF n.º 22.256
Requerido: Ministério Público do Estado de Goiás
Objeto: Ministério Público do Estado de Goiás. Afastamento de servidor para desempenho de mandato classista. Liminar em sede de decisão judicial que concedeu afastamento sem prejuízo de remuneração. Processo Administrativo nº 202000121382, objetivando a imposição de ressarcimento ao erário durante a vigência da medida liminar. Solicitação de compensação de horas como providência menos gravosa. Pedido de liminar.

Relator(a): Cons. Sebastião Vieira Caixeta
Origem: Goiás

Vista: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza
Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto
(Pedido de Vista na 6ª Sessão Ordinária de 2021 (27/04/2021))

83) Conflito de Atribuições nº 1.00470/2021-60

Requerente: Procuradoria da República – Amazonas
Requerido: Ministério Público do Estado do Amazonas
Interessado: Armando César Marques de Castro
Objeto: Ministério Público Federal no Amazonas. Ministério Público do Estado do Amazonas. Conflito negativo de atribuição. Procedimento de Conflito de Atribuição - PGR n. 1.00.000.006917/2019-81. Apuração de possível descumprimento de convênio firmado entre Ministério dos Transportes e o Governo do Estado do Amazonas, referente a Rodovia BR-319.

Relator(a): Cons. Luciano Nunes Maia Freire
Origem: Amazonas

84) Conflito de Atribuições nº 1.00483/2021-75

Requerente: Ministério Público do Estado do Ceará
Requerido: Procuradoria da República – Ceará
Interessados: Alexandre Jorge França Cabral; Fernando Antônio Negreiros Lima
Objeto: Ministério Público do Estado do Ceará. Ministério Público Federal no Ceará. Conflito negativo de atribuição. Procedimento de Conflito de Atribuição - PGR n. 1.00.000.007649/2019-14. Construções irregulares em área de preservação permanente, no entorno da Lagoa do Cauipe, no município de Caucaia/CE.

Relator(a): Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos
Origem: Ceará

- 85) Conflito de Atribuições nº 1.00498/2021-98
Requerente: Procuradoria da República – Goiás
Requerido: Ministério Público do Estado de Goiás
Interessadas: Suelena Carneiro Caetano Fernandes Jayme; Viviane Vieira de Araújo
Objeto: Ministério Público Federal no Estado de Goiás. Ministério Público do Estado de Goiás. Conflito negativo de atribuições. Procedimento PGR 1.00.000.013242/2019-26. Apuração de suposto abandono e depredação do Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) em Aparecida de Goiânia/GO. Obras oriundas do Termo de Compromisso firmado com o Município perante o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).
Relator(a): Cons. Luciano Nunes Maia Freire
Origem: Goiás
- 86) Conflito de Atribuições nº 1.00500/2021-83
Requerente: Procuradoria da República – Mato Grosso
Requerido: Ministério Público do Estado do Mato Grosso
Interessadas: Andréa Costa de Brito; Fabiana da Costa Silva Vieira
Objeto: Ministério Público Federal no Estado de Mato Grosso. Ministério Público do Estado de Mato Grosso. Conflito negativo de atribuições. Procedimento PGR 1.00.000.013477/2018-37. Apurar suposta irregularidade na contratação direta de associação privada, Bolsa de Licitação e Leilões do Brasil - BBL. Posterior rescisão contratual e implantação dos pregões eletrônico, tendo em vista recomendação do TCU. Município de Tangará da Serra.
Relator(a): Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza
Origem: Mato Grosso
- 87) Conflito de Atribuições nº 1.00502/2021-90
Requerente: Procuradoria da República – Bahia
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia
Interessados: Heliete Rodrigues Viana; Ruy Nestor Bastos Mello
Objeto: Ministério Público Federal na Bahia. Ministério Público do Estado da Bahia. Conflito negativo de atribuição. OF. Nº 037/21-7OCG-RNBM. Notícia de Fato 1.14.000.000810/2021-58. Possível prática de incitação ao crime (art. 286 do Código Penal) por parte de Deputado Federal.
Relator(a): Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos
Origem: Bahia
- 88) Conflito de Atribuições nº 1.00524/2021-97
Requerente: Procuradoria da República – Bahia
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia
Interessados: George Elias Gonçalves Pereira; Roberto D'Oliveira Vieira
Objeto: Ministério Público Federal No Estado Da Bahia. Ministério Público Do Estado Da Bahia. Conflito Negativo De Atribuições. Procedimento PGR 1.00.000.014737/2020-14. Apuração De Dano Ambiental. Lavra Ilegal. Extração De Areia. Mineração. Povoado Da Choça. IDEA 003.9.153416/2019.
Relator(a): Cons. Sandra Krieger Gonçalves
Origem: Bahia
- 89) Conflito de Atribuições nº 1.00557/2021-91
Requerente: Ministério Público do Estado do Mato Grosso
Requerido: Procuradoria da República – Mato Grosso
Interessados: Clovis de Almeida Júnior; Marco Antônio Ghannage Barbosa
Objeto: Ministério Público do Estado de Mato Grosso. Ministério Público Federal no Estado de

Mato Grosso. Conflito negativo de atribuições. Procedimento PGR 1.00.000.014741/2020-74. Representação realizada por pessoa anônima ao Ministério Público Federal, denunciando a inexecução da obra do Centro Oficial de Treinamento da Universidade Federal de Mato Grosso - COT da UFMT.

Relator(a): Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior

Origem: Mato Grosso

90) Conflito de Atribuições nº 1.00571/2021-59

Requerente: Procuradoria da República – Santa Catarina

Requerido: Ministério Público do Estado de Santa Catarina

Objeto: Ministério Público Federal no Estado de Santa Catarina. Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Conflito negativo de atribuições. Procedimento PGR 1.00.000.015663/2020-25. Apurar suposta lesão às relações de consumo, Empresa Safra Diesel Ltda, consistente na comercialização de combustível em desacordo com as normas legais. Município de Fraiburgo/SC.

Relator(a): Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos

Origem: Santa Catarina

91) Conflito de Atribuições nº 1.00572/2021-02

Requerente: Procuradoria da República – Paraná

Requerido: Ministério Público do Estado do Paraná

Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Paraná. Ministério Público do Estado do Paraná. Conflito negativo de atribuições. Procedimento PGR 1.00.000.015763/2020-51. Apurar a prática de crime contra o meio ambiente, conforme Auto de Infração Ambiental nº 119993 e Procedimento Investigatório Criminal nº MPPR-0085.19.000313-8. Município de Marechal Cândido Rondon/PR.

Relator(a): Cons. Sandra Krieger Gonçalves

Origem: Paraná

92) Conflito de Atribuições nº 1.00574/2021-10

Requerente: Procuradoria da República – Piauí

Requerido: Ministério Público do Estado do Piauí

Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Piauí. Ministério Público do Estado do Piauí. Conflito negativo de atribuições. Procedimento PGR 1.00.000.016001/2020-72. Inquérito Civil Público nº 009/2018 (SIMP 000593-059/2017), instaurado para apurar danos ao Açude Novo, os quais seriam causados por construções decorrentes de convênio firmado entre o Município de José de Freitas/PI e a Fundação Nacional de Saúde - FUNASA.

Relator(a): Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza

Origem: Piauí

93) Conflito de Atribuições nº 1.00605/2021-97

Requerente: Procuradoria da República – Minas Gerais

Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais

Objeto: Ministério Público Federal no Estado de Minas Gerais. Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Conflito negativo de atribuição. Procedimento PGR 1.22.009.000129/2020-77. Apuração de suposto delito de mineração sem autorização da autoridade competente, em área privada na localidade denominada Córrego Safirinha, no município de São José da Safira/MG.

Relator(a): Cons. Sebastião Vieira Caixeta

Origem: Minas Gerais

94) Conflito de Atribuições nº 1.00631/2021-06

Requerente: Procuradoria da República – Pará

- Requerido: Ministério Público do Estado do Pará
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Pará. Ministério Público do Estado do Pará. Conflito negativo de atribuições. Procedimento PGR 1.00.000.018370/2019-66. Apuração de possíveis irregularidades no pagamento da remuneração de professores do município de Viseu/PA.
Relator(a): Cons. Luciano Nunes Maia Freire
Origem: Pará
- 95) Conflito de Atribuições nº 1.00632/2021-60
Requerente: Procuradoria da República – Rio Grande do Norte
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Rio Grande do Norte. Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte. Conflito negativo de atribuições. Procedimento PGR 1.00.000.018531/2020-55. Apuração de irregularidades na apropriação de recursos públicos constantes em conta bancária municipal existente na Caixa Econômica Federal, referentes ao Programa Social Carta de Crédito FGTS. Município de Florânia/RN.
Relator(a): Cons. Sandra Krieger Gonçalves
Origem: Rio Grande do Norte
- 96) Conflito de Atribuições nº 1.00633/2021-13
Requerente: Procuradoria da República – Bahia
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia
Objeto: Ministério Público Federal do Estado da Bahia. Ministério Público do Estado da Bahia. Conflito negativo de atribuições. Petição n. 5235 do Supremo Tribunal Federal. Apuração irregularidades ante a extração irregular de minério no Município de Camaçari/BA.
Relator(a): Cons. Luciano Nunes Maia Freire
Origem: Bahia
- 97) Conflito de Atribuições nº 1.00641/2021-50
Requerente: Procuradoria da República – Espírito Santo
Requerido: Ministério Público do Estado do Espírito Santo
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Espírito Santo. Ministério Público do Estado do Espírito Santo. Conflito negativo de atribuições. Procedimento PGR 1.00.000.019293/2020-03. Apuração de supostas irregularidades na distribuição do medicamento TENOFOVIR pelo Sistema Único de Saúde (SUS) no Estado do Espírito Santo.
Relator(a): Cons. Luciano Nunes Maia Freire
Origem: Espírito Santo
- 98) Conflito de Atribuições nº 1.00651/2021-03
Requerente: Ministério Público do Estado do Paraná
Requerido: Procuradoria da República – Paraná
Objeto: Ministério Público do Estado do Paraná. Ministério Público Federal no Paraná. Conflito negativo de atribuição. Notícia de Fato n. 0046.21.039719-9. Paralisação das aulas da Universidade Positivo em razão da pandemia de Covid-19, inclusive na modalidade remota.
Relator(a): Cons. Luciano Nunes Maia Freire
Origem: Paraná
- 99) Conflito de Atribuições nº 1.00652/2021-59
Requerente: Procuradoria da República – Rio Grande do Sul; Procuradoria da República no Município de Caxias do Sul-RS

Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul
Interessado: Luciana Guarnieri
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Rio Grande do Sul. Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. Conflito negativo de atribuição. Procedimento Preparatório 1.29.012.000283/2020-39. Apuração de irregularidades na construção do empreendimento Lua Nova do programa Minha Casa Minha Vida. Construtora Parisotto. Município de Bento Gonçalves/RS.
Relator(a): Cons. Sandra Krieger Gonçalves
Origem: Rio Grande do Sul

100) Conflito de Atribuições nº 1.00681/2021-39

Requerente: Procuradoria da República – Mato Grosso
Requerido: Ministério Público do Estado de Mato Grosso
Objeto: Ministério Público Federal no Estado de Mato Grosso. Ministério Público do Estado de Mato Grosso. Conflito negativo de atribuições. Procedimento PGR 1.00.000.001361/2020-70. Apuração de possíveis atos de improbidade administrativa na administração dos recursos federais destinados à Secretaria Estadual de Educação para o Programa de Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica - PNAE.
Relator(a): Cons. Sandra Krieger Gonçalves
Origem: Mato Grosso

101) Conflito de Atribuições nº 1.00682/2021-92

Requerente: Procuradoria da República – Rio de Janeiro
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Rio de Janeiro. Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Conflito negativo de atribuições. Procedimento PGR 1.00.000.006490/2020-54. Apuração caso de improbidade administrativa. Irregularidades no processo licitatório referente à Inexigibilidade de Licitação (Processo n. 07/0000570/2017; Contrato n.07/00005/2018; Processo Administrativo de Pagamento n. 07/141/2018). Município de Belford Roxo. Beneficiária a sociedade empresária IPDH - Instituto Prisma de Desenvolvimento Humano, com despesas custeadas com verbas do salário-educação e do FUNDEB.
Relator(a): Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Origem: Rio de Janeiro

102) Conflito de Atribuições nº 1.00684/2021-08

Requerente: Procuradoria da República – Amapá
Requerido: Ministério Público do Estado do Amapá
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Amapá. Ministério Público do Estado do Amapá. Conflito negativo de atribuições. Procedimento PGR 1.00.000.019482/2020-78. Apuração de possível prática do crime de estelionato. Notícia de que médico, nos anos de 2015 e 2016, teria acumulado cargos públicos de maneira ilegal, gerando prejuízo aos cofres da União.
Relator: Cons. Luciano Nunes Maia Freire
Origem: Amapá

103) Conflito de Atribuições nº 1.00700/2021-54

Requerente: Procuradoria da República – Rio de Janeiro
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Rio de Janeiro. Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Conflito negativo de atribuições. Procedimento PGR 1.00.000.001643/2020-77. Representação em face da construtora ALLJOB Construções e Empreendimentos Comerciais LTDA. Suposta irregularidade na entrega de empreendimento imobiliário denominado Wind Park Residence. Prazos

Relator(a): expirados. Financiamento Caixa Econômica Federal.
Cons. Luciano Nunes Maia Freire
Origem: Rio de Janeiro

104) Conflito de Atribuições nº 1.00701/2021-08

Requerente: Procuradoria da República – Rio de Janeiro
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Rio de Janeiro. Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Conflito negativo de atribuições. Procedimento PGR 1.00.000.003261/2020-88. Apuração de eventual fraude na licitação na modalidade Pregão Presencial n. 024/2017 (Processo Administrativo n. 07/0000083/2017), que culminou no Contrato n. 07/00014/2017), assinado entre a empresa NF Distribuidora de Produtos Educacionais Ltda.e o Município de Belford Roxo/RJ, visando à confecção de uniformes escolares para a rede municipal de ensino.
Relator(a): Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Origem: Rio de Janeiro

105) Conflito de Atribuições nº 1.00704/2021-29

Requerente: Ministério Público do Estado do Espírito Santo
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Objeto: Ministério Público do Estado do Espírito Santo. Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Conflito negativo de atribuição. Procedimento MPRJ n. 2019.01164045. Possível prática do crime previsto no art. 69-A da lei n. 9.605/98, em razão de suposta prestação de informações falsas ou distorcidas por parte da sociedade empresária Ilha Ambiental Serviços.
Relator(a): Cons. Sandra Krieger Gonçalves
Origem: Rio de Janeiro

106) Proposição nº 1.00705/2021-22

Requerente: Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior
Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Alteração da Resolução CNMP nº 194/2018, que regulamenta a ajuda de custo para a moradia aos membros do Ministério Público, para reenumerar o parágrafo único e acrescentar o §2º.
Relator(a): Cons. Sebastião Vieira Caixeta
Origem: Distrito Federal

107) Conflito de Atribuições nº 1.00709/2021-47

Requerente: Procuradoria da República – Bahia
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia
Objeto: Ministério Público Federal na Bahia. Ministério Público do Estado da Bahia. Conflito negativo de atribuição. Procedimento Preparatório 1.14.007.000311/2020-10. Apuração referente a recursos do FUNDEF recebidos ou a receber pelo município de Mirante/BA, para acompanhamento do plano de aplicação das verbas de precatórios pagos a destempo, relativo ao período de 1998 a 2006.
Relator(a): Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto
Origem: Bahia

108) Conflito de Atribuições nº 1.00710/2021-07

Requerente: Procuradoria da República – Bahia

Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia
Objeto: Ministério Público Federal no Estado da Bahia. Ministério Público do Estado da Bahia. Conflito negativo de atribuições. Procedimento Preparatório 1.14.007.000313/2020-17. Fiscalização e acompanhamento do plano de aplicação de verbas de precatórios do FUNDEF pagos a destempo. Período de 1998 a 2006. IDEA nº 003.9.77329/2019. Município de Bom Jesus da Serra/BA
Relator(a): Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto
Origem: Bahia

109) Pedido de Providências nº 1.00738/2021-27 (Recurso Interno)

Recorrente: Moises Rufino Fernandes
Recorrido: Ministério Público do Estado de São Paulo
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Atuação deficiente. Apuração de suposto crime de falsidade ideológica. Confecção de diploma universitário. Universidade da Cidade de São Paulo – UNICID.
Relator(a): Cons. Sandra Krieger Gonçalves
Origem: São Paulo

110) Conflito de Atribuições nº 1.00751/2021-30

Requerente: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Requerido: Procuradoria da República – Minas Gerais
Interessado: Geannini Maelli Mota Miranda
Objeto: Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Ministério Público Federal no Estado de Minas Gerais. Conflito negativo de atribuições. Inquérito Civil MPMG 0394.19.000319-1. Notícia de Fato MPF 1.22.020.000139.2020-54. Apuração de irregularidades na aplicação de emendas parlamentares federais na área da saúde na região de Manhuaçu.
Relator(a): Cons. Otávio Luiz Rodrigues Junior
Origem: Minas Gerais

ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS
Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público

SECRETARIA GERAL

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Sessão de Distribuição Automática de Processos

Data de distribuição: 17/05/2021

Processo: 1.00730/2021-98

Classe: Procedimento Interno de Comissão

Distribuição: COMISSÃO DE PRESERVAÇÃO DA AUTONOMIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Processo: 1.00731/2021-41

Classe: Procedimento Interno de Comissão

Distribuição: COMISSÃO DE PRESERVAÇÃO DA AUTONOMIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Processo: 1.00732/2021-03

Classe: Sindicância

Distribuição: CORREGEDORIA

Data de distribuição: 18/05/2021

Processo: 1.00733/2021-59

Classe: Notícia de fato

Distribuição: CORREGEDORIA

Processo: 1.00734/2021-02

Classe: Reclamação Disciplinar

Distribuição: CORREGEDORIA

Processo: 1.00736/2021-10

Classe: Reclamação Disciplinar

Distribuição: CORREGEDORIA

Processo: 1.00735/2021-66

Classe: Conflito de Atribuições

Distribuição: GABINETE LUCIANO NUNES MAIA FREIRE

Processo: 1.00737/2021-73

Classe: Pedido de Providências

Distribuição: GABINETE SEBASTIAO VIEIRA CAIXETA

Processo: 1.00739/2021-80

Classe: Procedimento de Controle Administrativo

Distribuição: GABINETE SEBASTIAO VIEIRA CAIXETA

Processo: 1.00738/2021-27

Classe: Pedido de Providências

Distribuição: GABINETE SANDRA KRIEGER GONCALVES

Processo: 1.00740/2021-32

Classe: Reclamação Disciplinar

Distribuição: CORREGEDORIA

Processo: 1.00742/2021-40

Classe: Notícia de fato

Distribuição: CORREGEDORIA

Processo: 1.00743/2021-01

Classe: Reclamação Disciplinar

Distribuição: CORREGEDORIA

Processo: 1.00744/2021-57

Classe: Notícia de fato

Distribuição: CORREGEDORIA

Processo: 1.00745/2021-00

Classe: Reclamação Disciplinar

Distribuição: CORREGEDORIA

Processo: 1.00746/2021-64

Classe: Reclamação Disciplinar

Distribuição: CORREGEDORIA

Processo: 1.00741/2021-96

Classe: Reclamação Disciplinar

Distribuição: CORREGEDORIA

Data de distribuição: 19/05/2021

Processo: 1.00747/2021-18

Classe: Procedimento Interno de Comissão

Distribuição: COMISSÃO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

Processo: 1.00748/2021-71

Classe: Pedido de Providências

Distribuição: GABINETE OSWALDO D'ALBUQUERQUE LIMA NETO

Processo: 1.00749/2021-25

Classe: Conflito de Atribuições

Distribuição: GABINETE SILVIO ROBERTO OLIVEIRA DE AMORIM JUNIOR

Processo: 1.00750/2021-87

Classe: Reclamação Disciplinar

Distribuição: CORREGEDORIA

Data de distribuição: 20/05/2021

Processo: 1.00751/2021-30

Classe: Conflito de Atribuições

Distribuição: GABINETE OTAVIO LUIZ RODRIGUES JUNIOR

Processo: 1.00752/2021-94

Classe: Conflito de Atribuições

Distribuição: GABINETE SANDRA KRIEGER GONCALVES

Processo: 1.00753/2021-48

Classe: Conflito de Atribuições

Distribuição: GABINETE SILVIO ROBERTO OLIVEIRA DE AMORIM JUNIOR

Processo: 1.00754/2021-00

Classe: Reclamação Disciplinar

Distribuição: CORREGEDORIA

Data de distribuição: 21/05/2021

Processo: 1.00755/2021-55

Classe: Reclamação Disciplinar

Distribuição: CORREGEDORIA

Eric Lopez Medeiros de Souza
Coordenador de Autuação e Distribuição
SPR/CNMP

PLENÁRIO

DECISÕES DE 21 DE MAIO DE 2021

RECLAMAÇÃO PARA PRESERVAÇÃO DA COMPETÊNCIA E DA AUTORIDADE DAS DECISÕES DO CONSELHO
Nº 1.00694/2021-44

Relator: Conselheiro Sebastião Vieira Caixeta

Requerente: Mario Cesar Cardoso

Advogado: Fabio Fontes Estillac Gomez – OAB/DF 34.163

RECLAMAÇÃO PARA PRESERVAÇÃO DA COMPETÊNCIA E DA AUTORIDADE DAS DECISÕES DO CONSELHO.
PROCEDIMENTO INSTAURADO POR EQUÍVOCO. PETIÇÃO APRESENTADA NO BOJO DO PCA Nº
0.00.000.000076/2013-68. ARQUIVAMENTO E DESENTRAMENTO DA PETIÇÃO PARA JUNTADA NAQUELES
AUTOS, COM REMESSA AO CONSELHEIRO SUCESSOR NA FORMA REGIMENTAL.

DECISÃO

Cuida-se de petição protocolizada por Mario Cesar Cardoso, intitulada de “requerimento administrativo”, apresentada a este CNMP para ser juntada aos autos do Procedimento de Controle Administrativo nº 0.00.000.000076/2013-68, em que se requer a suspensão de decisão proferida pelo STF que cassou a decisão deste CNMP naqueles autos.

(...) Ante o exposto, determino o ARQUIVAMENTO desta Reclamação para Preservação da Competência e da Autoridade das Decisões do Conselho e o desentranhamento da petição e documentos para juntada ao PCA nº 0.00.000.000076/2013-68, com remessa ao conselheiro relator daqueles autos, nos termos regimentais.

Registre-se. Publique-se. Intime-se.

Brasília/DF, 21 de maio de 2021.

(Documento assinado eletronicamente)

SEBASTIÃO VIEIRA CAIXETA

Conselheiro Relator

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO Nº 1.00713/2020-70

RELATOR: CONSELHEIRO OSWALDO D'ALBUQUERQUE

REQUERENTE: JOSÉ CARLOS CRUZ

REQUERIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

E M E N T A EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO. RECURSO VOLTADO CONTRA DECISÃO DO RELATOR. JULGAMENTO MONOCRÁTICO (ART. 156, § 3º, RICNMP). ALEGAÇÃO DE EXISTÊNCIA DE OMISSÕES, CONTRADIÇÕES E OBSCURIDADES. PRESSUPOSTOS INDEMONSTRADOS. OBJETO DOS EMBARGOS QUE SE PRESTA À REDISSCUSSÃO DA CAUSA. APLICAÇÃO DO ENUNCIADO Nº 10 DO CNMP. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CONHECIDOS E IMPROVIDOS.

1. Trata-se de Embargos de Declaração interposto por JOSÉ CARLOS CRUZ, em face da decisão monocrática deste Relator, que arquivou o presente Procedimento de Controle Administrativo.
2. Embargos que pretendem rediscutir matérias suficientemente apreciadas e enfrentadas pela decisão recorrida, ausentes quaisquer dos vícios a ensejar os aclaratórios, pois inexistente obscuridade, omissão, contradição ou erro material a ser sanados, a teor do disposto no comando emergente do artigo 156 do Regimento Interno do CNMP.
3. Questões vertidas na irresignação recursal que se mostram manifestamente improcedentes e não infirmam a decisão embargada, evidenciando o descabimento do recurso.
4. Embargos de Declaração conhecidos e improvidos.

DECISÃO

(...)

25. Nessa toada, após uma análise minuciosa das razões apresentadas neste recurso, e adstrito ao teor do artigo 156 do Regimento Interno do CNMP, entendo que não há qualquer obscuridade, omissão, contradição ou erro material a ser sanada na decisão embargada, pelo que não deve ser revisitada.

26. Ante o exposto, conheço dos presentes Embargos de Declaração, e, no mérito, nego provimento, mantendo-se in totum a decisão recorrida.

Brasília-DF, 21 de maio de 2021.

(assinado digitalmente)

Conselheiro OSWALDO D'ALBUQUERQUE

Relator

RECURSO INTERNO EM PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO Nº 1.01076/2020-86

RELATOR: CONSELHEIRO OSWALDO D'ALBUQUERQUE

REQUERENTE: GUILHERME BARBALHO BEZERRA NETO

REQUERIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

E M E N T A RECURSO INTERNO EM PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO. MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. RECURSO INTERNO (RI) VOLTADO CONTRA DECISÃO DE ARQUIVAMENTO, EM RAZÃO DA JUDICIALIZAÇÃO DA MATÉRIA, COM FULCRO NO COMANDO EMERGENTE DO ARTIGO 43, INCISO IX, ALÍNEA "C", DO RICNMP, C/C A SÚMULA CNMP Nº 08/2018. INTEMPESTIVIDADE DO RECURSO INTERNO APRESENTADO. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO INTERNO.

1. Trata-se de Recurso Interno interposto em face de decisão monocrática de arquivamento nos autos do Procedimento de Controle Administrativo em epígrafe, instaurado em face do Ministério Público do Estado do Rio

Grande do Norte, a qual promoveu o arquivamento do referido PCA, em razão da judicialização da matéria, sem pronunciamento meritório, na forma do disposto no comando emergente do artigo 43, IX, alínea “c”, do Regimento Interno CNMP c/c a Súmula CNMP nº 08/2018.

2. Preceitua o artigo 154, “caput”, do RICNMP, que: “O recurso interno será interposto no prazo de cinco dias contados da data da ciência da decisão recorrida pelo interessado e será dirigido à autoridade que praticou o ato atacado, que poderá reconsiderá-lo”.

3. Os prazos, no Conselho Nacional do Ministério Público, são computados excluindo o dia de começo e incluindo o do vencimento, protraindo-se o dia de começo para o primeiro dia útil subsequente, se coincidir com fim de semana ou feriado, nos termos do artigo 42, “caput” e § 1º, do RICNMP.

4. Intempestividade recursal, haja vista a sua apresentação ter ocorrido fora do quinquídio regimental.

5. Recurso Interno não conhecido.

DECISÃO

(...)

8. Ocorre que o Recorrente apresentou o presente Recurso Interno em 15 de maio de 2021 (cf. fl. 1269), tendo sido apresentado fora do quinquídio regimental, sendo, portanto, manifestamente intempestivo.

9. Nesta senda, diante da intempestividade do recurso apresentado, NÃO CONHEÇO do presente Recurso Interno e determino seu ARQUIVAMENTO, nos termos do comando emergente do artigo 43, IX, alínea “b”, do Regimento Interno do CNMP.

10. Publique-se. Cumpra-se.

Brasília, 21 de maio de 2021.

Conselheiro OSWALDO D’ALBUQUERQUE

Relator

CONFLITO DE ATRIBUIÇÕES Nº 1.00116/2021-08

RELATOR: CONSELHEIRO OSWALDO D’ALBUQUERQUE

REQUERENTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

REQUERIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ)

E M E N T A CONFLITO DE ATRIBUIÇÕES. CONFLITO NEGATIVO DE ATRIBUIÇÕES ENTRE O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ E O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. RECONHECIMENTO DA ATRIBUIÇÃO PELO PARQUET FEDERAL. INEXISTÊNCIA DE CONFLITO DE ATRIBUIÇÕES. ARQUIVAMENTO DO FEITO, ANTE A PERDA SUPERVENIENTE DO OBJETO. DECISÃO DE ARQUIVAMENTO COM FUNDAMENTO NO COMANDO EMERGENTE DO ARTIGO 43, INCISO IX, ALÍNEA “B”, DO REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO.

1. Trata-se de procedimento instaurado com o fito de solucionar conflito negativo de atribuição entre o Ministério Público do Estado do Pará e o Ministério Público Federal (Procuradoria da República no Estado do Pará), nos autos do Inquérito Civil nº 002/2017-MP/PJPAC (SIMP nº 000956-060/2020).

2. Instado a se manifestar, o Ministério Público Federal, por intermédio do Exmo. Senhor Procurador da República, Dr. José Ricardo Custódio de Melo Júnior, reconheceu a atribuição federal para investigar os fatos apurados no feito originário.

3. No caso em apreço, havendo a assunção da atribuição pelo Parquet federal, não há mais que se falar em conflito de atribuições, ante a perda superveniente do objeto.

4. Arquivamento do presente Conflito de Atribuições, nos termos de comando emergente no artigo 43, IX, alínea “b”,

do Regimento Interno CNMP.

DECISÃO

(...)

23. Nesta senda, é forçoso reconhecer a ocorrência de perda superveniente de objeto, haja vista a assunção da atribuição, pelo Parquet federal, para apurar o contexto fático reportado nos autos.

24. Ante o exposto, levando-se em consideração não mais existir, no caso em apreço, qualquer conflito de atribuição a ser dirimido por esta Corte de Controle, DETERMINO, com fulcro no artigo 43, IX, alínea “b”, do Regimento Interno do CNMP, o arquivamento do presente feito, face a perda superveniente do objeto.

25. Intime-se.

26. Cumpra-se.

Brasília-DF, 21 de maio de 2021.

Conselheiro OSWALDO D’ALBUQUERQUE

Relator

CONFLITO DE ATRIBUIÇÕES Nº 1.00316/2021-89

RELATOR: CONSELHEIRO OSWALDO D’ALBUQUERQUE

REQUERENTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

REQUERIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DA BAHIA)

E M E N T A PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS. CONFLITO NEGATIVO DE ATRIBUIÇÕES ENTRE A PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DA BAHIA E O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA. INEXISTÊNCIA DE CONFLITO DE ATRIBUIÇÕES. AUSÊNCIA DE COMPETÊNCIA DO CNMP. DECISÃO DE ARQUIVAMENTO COM FUNDAMENTO NO COMANDO EMERGENTE DO ARTIGO 43, INCISO IX, ALÍNEA “C”, DO REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO.

1. Trata-se de Conflito de Atribuições (CA) instaurado com o fito de se solucionar conflito negativo de atribuição entre o Ministério Público Federal (MPF) e o Ministério Público do Estado da Bahia (MPBA), surgido, em tese, nos autos IPL nº 8026004-59.2019.8.05.0000.

2. No caso em apreço, o referido IPL foi instaurado pela Polícia Federal de Juazeiro/BA para apurar suposta malversação de recursos, consistente em desapropriação irregular de imóvel particular para a construção de espaço educativo, imputado ao mandatário, à época dos fatos, do município de Morro do Chapéu/BA, Leonardo Rebouças Dourado Lima, por envolver verbas do Fundo Municipal de Educação.

3. Decisão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por meio da qual declinou da sua competência em favor do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

4. Destarte, havendo decisão de declínio de competência, não há mais que se falar em conflito de atribuição, uma vez que a questão ultrapassou a seara ministerial.

5. Ausência de competência do CNMP para julgar conflito de competência.

6. Arquivamento do presente Pedido de Providências, com fundamento no comando emergente do artigo 43, IX, alínea “c”, do Regimento Interno CNMP.

DECISÃO

(...)

22. Portanto, em tendo havido decisão judicial proferida pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, que acolheu a manifestação do Ministério Público Federal, não há que se falar em conflito de atribuições a ser ordinado por parte desta Corte de Controle.

23. Ante o exposto, determino o ARQUIVAMENTO do presente Conflito de Atribuições, sob o espeque do art. 43, IX, c, do RICNMP.

Brasília-DF, 21 de maio de 2021.

(assinado digitalmente)

Conselheiro OSWALDO D'ALBUQUERQUE
Relator

CORREGEDORIA NACIONAL

DECISÃO DE 20 DE MAIO DE 2021

RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR N 1.00774/2020-09

RECLAMANTE: CÉSAR FERREIRA PENNA DE FARIA.

RECLAMADO: JEANNE CHRISTINE ANDRADE SAMPAIO – MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA.

Conclusão: (...)

Ante o exposto, propõe-se o seguinte:

- o arquivamento da presente reclamação disciplinar, diante da atuação suficiente da Corregedoria-Geral do Ministério Público de Roraima, na forma do art. 80, parágrafo único, do RICNMP;
- a cientificação do órgão disciplinar do Ministério Público de Roraima, da parte reclamante, Cesar Ferreira Penna de Faria, do membro reclamado, Jeanne Christine Andrade Sampaio, preferencialmente via sistema ELO, e do Plenário.

Brasília-DF, 20 de maio de 2021.

RENEE DO Ó SOUZA

Membro Auxiliar da Corregedoria Nacional do Ministério Público

Decisão:

Acolho integralmente o pronunciamento do Membro Auxiliar da Corregedoria Nacional retro, adotando-o como razões de decidir, para determinar o seguinte:

- o arquivamento da presente reclamação disciplinar, diante da atuação suficiente da Corregedoria-Geral do Ministério Público de Roraima, na forma do art. 80, parágrafo único, do RICNMP;
- a cientificação do órgão disciplinar do Ministério Público de Roraima, da parte reclamante, Cesar Ferreira Penna de Faria, do membro reclamado, Jeanne Christine Andrade Sampaio, preferencialmente via sistema ELO, e do Plenário.

Publique-se, registre-se e intimem-se.

Brasília-DF, 20 de maio de 2021.

RINALDO REIS LIMA

Corregedor Nacional do Ministério Público

DECISÕES DE 21 DE MAIO DE 2021

NOTÍCIA DE FATO Nº 1.00744/2021-57

NOTICIANTE: MAURÍCIO DE OLIVEIRA PRADO FRANCO

Conclusão: (...)

Ante o exposto, propõe-se:

a) seja indeferido o pedido de sigilo realizado, dada a inexistência de hipóteses constitucionais e legais para sua imposição nesta notícia de fato, determinando-se sua regular tramitação sob a égide do princípio e da garantia constitucional da publicidade dos atos estatais.

Brasília-DF, 21 de maio de 2021.

JACQUELINE OROFINO DA SILVA ZAGO DE OLIVEIRA

Membro Auxiliar da Corregedoria Nacional do Ministério Público

Decisão:

Acolho integralmente o pronunciamento do Membro Auxiliar da Corregedoria Nacional retro, adotando-o como razões de decidir, para:

a) indeferir o pedido de sigilo realizado, dada a inexistência de hipóteses constitucionais e legais para a imposição de sigredo procedimental nesta Notícia de Fato, determinando-se sua regular tramitação sob a égide do princípio e da garantia constitucional da publicidade dos atos estatais;

b) a cientificação da parte notificante, preferencialmente via sistema ELO, a respeito da presente decisão.

Publique-se, registre-se e intimem-se.

Brasília-DF, 21 de maio de 2021.

RINALDO REIS LIMA

Corregedor Nacional do Ministério Público

RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR N 1.00702/2020-71 (PROCESSO SIGILOSO)

RECLAMANTE: SIGILOSO

ADVOGADOS: BRUNA CRISTINA ROCHA DE PAULA (OAB/SP Nº 348383) E OUTRO

RECLAMADO: SIGILOSO

Conclusão: (...)

Ante o exposto, propõe-se o seguinte:

a) o arquivamento da presente reclamação disciplinar, diante da atuação suficiente da Corregedoria-Geral do Ministério Público de São Paulo, na forma do art. 80, parágrafo único, do RICNMP;

b) a cientificação do órgão disciplinar do Ministério Público de São Paulo, da parte reclamante, do membro reclamado, preferencialmente via sistema ELO, e do Plenário.

Brasília-DF, 21 de maio de 2021.

RENEE DO Ó SOUZA

Membro Auxiliar da Corregedoria Nacional do Ministério Público

Decisão:

Acolho integralmente o pronunciamento do Membro Auxiliar da Corregedoria Nacional retro, adotando-o como razões de decidir, para determinar o seguinte:

a) o arquivamento da presente reclamação disciplinar, diante da atuação suficiente da Corregedoria-Geral do Ministério Público de São Paulo, na forma do art. 80, parágrafo único, do RICNMP;

b) a cientificação do órgão disciplinar do Ministério Público de São Paulo, da parte reclamante, do membro reclamado, preferencialmente via sistema ELO, e do Plenário.

Publique-se, registre-se e intimem-se.

Brasília-DF, 21 de maio de 2021.

RINALDO REIS LIMA
Corregedor Nacional do Ministério Público

CORREIÇÃO Nº 1.00044/2021-07 MPT/ES

INTERESSADO: CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

CORREICIONADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CONCLUSÃO:

Em face do exposto, propõe-se ao Excelentíssimo Senhor Corregedor Nacional do Ministério Público que seja considerada cumprida a Determinação 6.1.19.

Uma vez acolhida a sugestão do parágrafo anterior e não havendo outras recomendações ou determinações constantes do Relatório Conclusivo a serem acompanhadas, propõe-se sejam arquivados os presentes autos.

Por fim, sejam intimadas a Procuradoria-Geral do Trabalho, a Corregedoria do Ministério Público do Trabalho e a Chefia da Procuradoria Regional do Trabalho – 17ª Região, via sistema Elo, sobre os termos do presente.

Submeto o presente Parecer à análise do Excelentíssimo Senhor Corregedor Nacional do Ministério Público.

Cristiane Podgurski

Membro Auxiliar da Corregedoria Nacional

DECISÃO:

Acolho integralmente o pronunciamento do Membro Auxiliar da Corregedoria Nacional retro, adotando-o como razões de decidir, para determinar o seguinte:

- a) o arquivamento do presente Procedimento de Correição, haja vista que todas as determinações e/ou recomendações nele contidas tiveram seu acompanhamento finalizado;
- b) a cientificação, via sistema ELO, da Procuradoria-Geral do Trabalho, da Corregedoria do Ministério Público do Trabalho e da Chefia da Procuradoria Regional do Trabalho – 17ª Região.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Brasília-DF, 21 de maio de 2021.

RINALDO REIS LIMA
Corregedor Nacional do Ministério Público